

A Sociologia Política e a Democracia no Brasil*

Francisco de Oliveira**

Artigo

A amizade é sempre generosa, no Brasil, e alguns exageros correm por conta dessa generosidade. Dizia um grande teórico, também denominado de bruxo, Marx, que é preciso desconfiar de elogios; então, um pouco de cautela a meu respeito vale a pena.

Vamos discutir hoje o fato fundamental na conjuntura política do Brasil: o resultado das eleições presidenciais que levaram Luís Inácio à presidência da República, o que imagino, interessa a todos. É um fato fundamental e, neste momento, após a eleição, desdobra-se numa pergunta que está na mente e nas ações de todos. O que quer dizer essa vitória? O que quer dizer esse governo? Eu vou tentar fazer uma indagação a respeito dessas questões. Apesar da vitória, as questões contidas nela não estão nada claras e, sobretudo, quais são as conseqüências dessa vitória.

Em primeiro lugar, ela é inusitada, sob qualquer ângulo de que se olhe. Ela é inusitada exatamente pelo fato de os membros das classes dominadas prescindirem do poder principal da República na história brasileira. Isso é por si só uma grande novidade. A esse fato eu denominei de *quarta refundação do Brasil*, durante uma entrevista para um jornalista da Folha de S. Paulo.

* Conferência proferida em 25/4/2003, no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, numa promoção conjunta do Departamento de Sociologia e Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e do Programa de Pós-Graduação em Economia, sob a organização geral da Professora Bernardete Wrublewski Aued.

** Professor da Universidade de São Paulo (USP), onde atua como conselheiro no Instituto de Cidadania.

A primeira fundação foi a Independência e a segunda fundação foi o resultado de um processo colado, irmão gêmeo, que culminou na abolição da escravatura e na instituição da República. A terceira teria sido a Revolução de 30, com conseqüências para a expansão capitalista do Brasil, a Federação e, sobretudo, a mudança no comando do Estado. A quarta fundação parece ser a eleição que faz Lula presidente do Brasil. Como todas as fundações e as refundações que se seguiram, elas eram enigmáticas em si mesmas: isto é, um período cheio de possibilidades, rico em perspectivas, mas indefinidas. Indefinidas exatamente porque se trata de virada histórica e, como toda grande virada histórica, o seu significado somente é possível ver, com certa clareza, em retrospectiva. Ao vivo, o significado dessas viradas é sempre enigmático, abre possibilidades, é pleno de riqueza e de virtualidade, mas nada está definido. Por isso os historiadores preferem a análise em retrospectiva. Eles são mais desconfiados do que os sociólogos e os cientistas políticos.

Retrocedendo rapidamente: a independência, enquanto um momento fundador, é um processo que se fez mas escapou rapidamente do grupo liberal que o conduzia. O processo da independência e a independência resolveram-se numa monarquia conservadora, que rapidamente rompeu a Constituição de 1924. Portanto, o período é cheio de possibilidades cuja resolução foi conservadora. Isso não muda o caráter da virada histórica, mas também não define o caráter do seu desdobramento. A revolução de 1930 e a República, da mesma forma, são momentos em que não se volta atrás. O trabalho escravo havia sido legalmente eliminado e isso não é sem conseqüências. No entanto, a resolução da abolição não resolveu a questão do negro no Brasil. Até os nossos dias, a questão permanece não resolvida. A República, também. Os movimentos simultâneos, do abolicionismo com o republicanismo, instauraram a República, certamente, porém uma República tutelada pelo poder militar. Esse movimento rico e preñado de possibilidades não se desdobrou inteiramente. Não voltamos à Monarquia, mas passamos a ter uma República tutelada. Em primeiro lugar, pelos militares, uma espécie de sina latino-americana, sinal da irresolução de certos conflitos fundamentais na sociedade. A República, que foi logo dominada e controlada

por um conjunto de oligarquias regionais é, portanto, uma República, quase uma paródia, uma República não republicana.

A Revolução de 1930 nós conhecemos mais de perto. Foi um momento transformador, com profundas conseqüências sociais: o país tornou-se moderno; urbano; onde se pode ingressar numa universidade pública apenas satisfazendo os requisitos de entrada. Os requisitos, por sua vez, não são mais étnicos, de classe, de parentesco ou de religião, o que não quer dizer que a universidade não esteja clivada por todos esses traços. Mas quer dizer, sim, que a universidade pública, finalmente, pode ser acessada por qualquer cidadão. E ninguém é ingênuo nem nasceu ontem: a questão étnica trava a universidade, a questão de classe emperra a universidade, o parentesco também intervém na universidade. Ainda assim não se deu a volta atrás, a não ser que a universidade privada volte a prevalecer. A universidade privada é uma contradição, em termos. E 1930, portanto, é uma revolução transformadora, pois direciona o país no sentido da industrialização, de uma forte organização sindical, ficando caracterizada pelas ricas interpretações, como um momento culminante do que tem sido conhecido como a via passiva brasileira. Revolução passiva, feita pelo alto, comandada por uma fração das classes dominantes.

Nesse momento, temos uma quarta refundação, cuja marca fundamental é que a classe que antes era a classe perigosa não só entrou na política como ajudou fortemente o processo de democratização, por meio de um de seus membros. O processo resolve-se numa eleição que conduz a sua liderança mais evidente à presidência da República. Uma pergunta agora que deve ser colocada é a que tem sido feita por todos. O que quer dizer essa vitória? Quais são as suas conseqüências? Quais são os seus desdobramentos? Sob esse ponto de vista, a Sociologia Política, a Economia Política e a Ciência Política são convocadas a fazer essa pergunta e são convocadas a tentar esclarecê-las. Respondê-la, definitivamente, ninguém conseguirá essa façanha, felizmente. Digo felizmente porque o processo histórico permanece aberto e, portanto, contém uma riqueza de possibilidades. Nós não devemos ceder à tentação de pretender respondê-la, mas temos a

obrigação, enquanto cientistas sociais e enquanto membros de uma universidade, de saber formular questões e vislumbrar os seus desdobramentos, sobretudo aqueles da democratização da sociedade, da democratização do Estado, e de sua completa republicanização. É uma espécie de pagamento da dívida que se contraiu na Proclamação da República, mesmo que seja uma República tutelada, uma República não republicana.

Agora cabe fazer essa correção de rumo para ver se podemos encerrar também o novo ciclo da revolução passiva, iniciado com a Revolução de 1930. Esse processo de urbanização, de industrialização, de modernização acelerada, que em 50 anos transformou um país agrário num país industrial; um país rural num país urbano; um país sem campesinato, na verdade, com um campesinato completamente subordinado; num país em que a questão social deixou de ser uma questão de polícia. Esse conjunto de transformações, compactados num período histórico apertado, foi movido por uma fortíssima coerção estatal, característica de todos os capitalismo tardios. Essa coerção estatal forçou a velocidade da história, compactando-a. Não há caso tão parecido com o brasileiro: em cinquenta anos de história, é como se o país tivesse sido virado pelo avesso. E um dos produtos deste avesso, para lembrar Caetano Veloso, é o avesso do avesso. O fato colocado com a ascensão à presidência da República de um operário saído da região mais pobre do país, tendo conhecido todos os horrores do milagre brasileiro, é um dos resultados desse avesso do avesso. O processo de modernização foi feito de forma controlada pelas classes dominantes, variando os dominantes: uma burguesia cafeeira foi substituída por uma burguesia industrial e, assim, o quadro é novo.

Nós que estamos nas Ciências Sociais e na universidade temos a obrigação de enfrentar essa esfinge, responder à velha pergunta: “Decifra-me ou te devoro,” se é que podemos saudar o comportamento do novo ciclo da revolução passiva brasileira. É isso que eu me proponho a discutir com vocês. Não tenho muitas respostas. Usando o arsenal de possibilidades dadas pelo nosso campo de análise, tenho algumas perguntas a fazer e é com elas que eu vou trabalhar.

Embora seja uma virada decisiva, o seu significado é oculto. Muitos dos que votaram, contribuindo para essa virada, experimentam ainda momentos de justificada euforia; porém, a poeira está baixando e agora é preciso fazer perguntas, tentar abrir as possibilidades de entender esse processo. Na euforia, algo nos dizia que essa vitória foi o resultado de uma longa acumulação de forças. Na verdade, para sermos econômicos, a virada começou nos anos da ditadura com a construção da resistência operária, de movimentos sociais diversos na sociedade, e até de um partido consentido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), consentido pela ditadura, mas que em momento algum soube galvanizar o sentimento oposicionista. O processo é longo, portanto. Eu mesmo passei por vários momentos: de adestramento, de enriquecimento, entre os quais, certamente, deve-se assinalar a formação de um novo sindicalismo no Brasil. Novo não porque o velho devesse ser rejeitado e condenado e jogado às urtigas. Novo porque havia se passado uma ruptura na relação do Estado com as classes dominantes. Essa ruptura é um momento fértil em que uma nova ação sindical frutificou. Não me entendam mal: não é que a ditadura criou a virtualidade, mas ao romper a relação com as classes dominantes, ao tratá-la repressivamente, abriu-se um espaço importante que o novo sindicalismo soube trabalhar. Os movimentos sociais igualmente desafiaram o Estado com políticas sociais. Prestem atenção, nunca um pleito de políticas sociais foi tão rico quanto na ditadura militar, na tentativa de conter a inquietação e de legitimar o caminho. A última grande inovação de políticas sociais no Brasil havia sido implementada com Vargas. Depois dele tivemos presidências desenvolvimentistas, como a de Juscelino Kubitschek, e nada da política social. Isso é o avesso do avesso do Caetano Veloso, o resultado não previsível: a formação de um partido de classe no Brasil, um fato extraordinariamente novo. Novo pela sua vitalidade, novo porque realmente estava plantado em bases reais do novo movimento social sindical. Todavia não era novo na sua expressão política. Desse ponto de vista, a criação do partido comunista em 1922 é o ato inaugural da modernidade no Brasil. Mas a história do Partido Comunista, sabemos, enredou-se no próprio processo do autori-

tarismo brasileiro, misturado com a II Guerra Mundial, que criou a guerra fria, e do qual o destino do Partido Comunista não podia escapar. Então, o partido dos trabalhadores vem a ser não uma espécie de recriação, mas de resgate da história operária brasileira, numa fase inteiramente nova que desaguou dessa longa formação. E mais, todas essas novas demandas foram corporificadas na Constituição de 1988, justamente denominada por Ulisses Guimarães de Constituição Cidadã.

A história costuma ser uma espécie de deusa irônica que olha de uma forma complacente a nós, pobres mortais. No passado não muito remoto, o PT recusou-se a assinar a Constituição, e agora nós estamos chorando as pitangas por causa desta Constituição violada, repetidas vezes, por Fernando Henrique Cardoso. É bom, de vez em quando, como dizia Max Weber, sobretudo quando você não agüenta o tranco, voltar aos seus deuses, para se consolar. É preciso voltar, usando essa deusa da história, para fazer a nossa própria crítica. Então, nós tendemos a dizer que a eleição foi o resultado dessa longa acumulação e portanto não há enigma nenhum. O caso está resolvido, as forças que ganharam são essas, e elas têm um projeto e um programa. Aí vem a provocação: têm? De fato, têm um projeto? Um programa? Acima da minha condição de militante partidário está a obrigação de fazer essas perguntas.

Rememoremos, um pouco, o processo anterior que persegue diretamente essa eleição. Fernando Henrique Cardoso havia feito uma façanha na história brasileira que não ocorria há muito tempo. Na verdade, a última vez que as grandes oligarquias e os grandes blocos dominantes caminharam juntos no Brasil foi na República Velha. De lá para cá, a marcha é forçada na história brasileira. Antônio Barros de Castro tem um texto muito interessante que se chama “Brasil, a marcha forçada”. Nessa marcha forçada da industrialização, o Estado serviu como elemento de coerção para quebrar certos interesses e amalgamar outros. O sistema político mostra isso com enorme clareza. Nós tivemos, dos anos 30 aos anos 90, trinta e cinco anos de ditadura aberta e declarada. Ditadura não é nunca um sinal de hegemonia, é o contrário dela. Além disso, penso naqueles que não estão exatamente na minha faixa etária, mas também não são membros da ju-

ventude. Recapitulemos: dos anos 30 até os anos 90, façam a conta, trinta e cinco anos de ditadura e uma tentativa de golpe a cada três anos no Brasil. Isso foi a marcha forçada. Tudo isso resultou em que o sistema político não só não expressava como não resistia a essa pressão, uma espécie de panela de pressão, não sei em quantos calibres. Eu não sou bom nisso, estou apenas usando uma metáfora. O fato é que o sistema político quebrava-se a cada virada do processo de modernização. Mesmo os militares, que pensam que têm sempre o comando da situação, foram quebrados, por dentro, em diversas vezes. Os livros de Hélio Gaspari, disponíveis nas livrarias, têm interessantes evidências de como a ditadura se quebrou, várias vezes, por dentro, usando golpes dentro de golpes. Embora com um viés do velho modernismo, mostra que FHC conseguiu uma façanha extraordinária, na medida em que ele amalgamou um conjunto de forças sociais e políticas numa coalizão. Dentro dessa coalizão, FHC tinha, a seu favor, de Paulo Maluf – a expressão moderna do “rouba mas faz” – até os grandes oligarcas do Nordeste, e também do Sul, já que estamos em Santa Catarina. Estamos falando de *ordem em casa de tocaia* e comandada pela fusão entre a plutocracia paulista e a universidade. Se repararmos bem, FHC conseguiu implementar essa coalizão e fazê-la operar politicamente, pois fez as chamadas reformas na Constituição.

Por conseguinte, mudou a cara da burguesia brasileira e essa questão também é importante. Ainda que mal estudada e mal compreendida, ela faz parte das dificuldades atuais que a transição governamental apresenta. FHC transformou a cara da burguesia brasileira ao operar as privatizações. Mudou a estrutura do poder econômico no interior da burguesia numa velocidade poucas vezes vista na história. Em apenas oito anos, os cálculos indicam que cerca de 20% a 30% do PIB brasileiro mudaram de mãos. Isso não existiu em nenhum outro país, salvo na Rússia pós-soviética, onde hoje o processo de privatização é muito mais violento. Naquele território tudo o que era propriedade estatal virou privada quase do dia para noite. Mas nós sabemos como foi feito na União Soviética, depois Rússia: um processo que Marx descreveria como acumulação primitiva. Traduzindo em bom

português, um roubo. O Brasil vem logo depois da Rússia nesse processo, com as privatizações. Por meio delas, mudou o controle do capital no Brasil. Nenhum sistema político resiste a uma mudança dessas. Eu sei que aqui temos colegas que fazem Ciência Política e que, às vezes, se horrorizam com essa análise. A política não é uma dedução da economia, nem vice-versa, mas elas são irmãs siamesas. Nada pode passar na economia que não tenha implicações na política, e não pode passar nada na política que não tenha repercussões na economia, senão a política seria superficialidade. A política é produtiva, no sentido do termo. Ora, uma pessoa, alterando em grande porte o caráter da base material da propriedade, movimenta o sistema político, que não fica imune a isso. O que houve então? A coalizão da qual Fernando Henrique foi membro pulverizou-se e fragmentou-se em mil pedaços, e o resultado é aquilo que dizem sobre as dificuldades do candidato José Serra. Não é só que ele é feio, mal-humorado e mau ator. Não é que José Serra fosse apenas aquele sujeito chato que parece ter acordado no minuto anterior, com olheiras enormes que somente um maquiador hollywoodiano poderia consertar. Ele é quem deveria ter contratado Duda Mendonça.

A coalizão formada pulverizou-se. A grande tarefa do governo Fernando Henrique havia sido realizada: as privatizações, a desregulamentação e a desregulação do controle público. A isso eles chamaram retirar o Estado da economia, liberalizá-lo, deixar que a iniciativa de indivíduos e empresas possa fortalecer-se sem a 'mão' do Estado. A coalizão não resistiu a esse processo. Como exemplo, lembramos que na candidatura Roseana Sarney a oligarquia poderosa, que pensava que mandava em tudo, foi pulverizada como uma espécie de peteleco, daqueles que a gente dava quando jogava na infância. Bastou mostrar o retrato de um dinheiro suspeito para acabar com o poder do Sarney. Por trás disso estava o quê? Estava o fato: a Vale do Rio Doce havia sido privatizada e o plano Sarney ficou suspenso no ar. O que resulta disso? Resulta que, por razões de disputa interna, na coalizão o plano Sarney foi detonado. Em consequência, não tendo para onde correr, ele corre para a candidatura Lula. O mesmo passou-se com vários membros dos clãs, ainda oligárquicos, que existem no Bra-

sil. Outro não menos famoso é o da Bahia. Esses são os mais escrachadamente oligárquicos. E hoje há movimentos, em surdina, que ninguém percebeu – por exemplo, o Bornhausen, em Santa Catarina. Alguém aqui é capaz de saber em quem ele votou? Este, sim, é enigma para videntes, não para sociólogos.

O espelho partiu-se inteiramente. Emerge a candidatura Lula movida pela força que vinha arrastando tudo, fruto de uma longa acumulação histórica que vem dos anos 70. Essa força agora tem um poderoso adensamento. Nos anos 80, a candidatura Lula havia emanado de um conjunto de forças despedaçadas, isso não é apenas reflexão sociológica.

Mais ou menos um ano antes das eleições que culminam com Lula à presidência, eu recebi um convite muito estranho e inusitado, pois jamais havia chegado algo parecido a mim. Em geral sou convidado para falar em universidades, em círculos maiores ou menores, mas nunca havia sido convidado para falar aos empresários. É algo de pele, entre eles e eu, não dá casamento não. Mas eu fui falar a um grupo de empresários. Ao saber do convite, por parte de um amigo meu de Minas Gerais, perguntei: “Por que você me indicou?” “Eu o indiquei exatamente por isso, porque você é a esquerda do PT.” Eu perguntei ainda mais: “Então eu vou falar para meter medo neles?” Ele me disse: “Isso é com você.” E nessa palestra eu tentei meter medo ao alto empresariado brasileiro. Era um alto empresariado, políticos de cinco estrelas, do presidente da Companhia Telefônica para cima. De todas as formas eu tentei meter medo neles mas eles não piscaram o olho, tal era a convicção deles. Todos iriam votar em José Serra e não se abalaram ou sequer se comoveram com a minha argumentação. Usei todo o meu truque; toda a minha experiência de auditório; um pouco de Chacrinha, usei tudo, para abalá-los, para dizer que havia ali uma grande transformação e eles nem se comoveram. Eles estavam absolutamente certos de que eles são capazes de digerir qualquer novidade popular neste país. Saí do debate cada vez mais convencido que as classes dominantes brasileiras têm um enorme aparelho digestor, eles têm um poderoso intestino e um grande estômago capaz de dissolver qualquer novidade.

De um lado, houve uma longa acumulação e, de outro, forças disparatadas, surgidas por razões que são explicáveis, ou pelo menos explicáveis por hipóteses: se não inteiramente demonstráveis, essas forças transformaram-se nos 60% de votos que elegeram Luis Inácio Lula da Silva. Este é o enigma: o que quer dizer essa eleição? Por que, após cem dias, fazemos uma tentativa de decifrar esse enigma? Por que o governo, que está sob forte disputa, também disputa a revelação desse filme, ou seja, do que quer dizer a vitória de Lula? Entre as forças sociais associadas no projeto de transformação que se agregaram no momento da vitória há uma forte disputa. Elas estão disputando, a todo vapor e com todas as forças, o significado dessa vitória. Vejamos alguns exemplos por meio de certos sintomas como a formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Há uma forte disputa na indicação dessa composição. Há quem a apresente como uma tentativa de pacto. Na verdade, indica que as linhas de força do governo não estão definidas, e esse espaço é uma arena onde algumas linhas de força podem sair desenhadas, mas elas ainda não estão inteiramente desenhadas. As outras arenas, da reforma tributária, da reforma previdenciária, da reforma trabalhista, igualmente são campos de luta em que a disputa está presente.

Retomemos a pergunta: o que quer dizer essa vitória? Quais são os resultados, quais são os seus desdobramentos? Até certo ponto, eles são previsíveis. No entanto, nesse processo insólito resultou um enigma e isso não se resolverá, evidentemente, apenas por perguntas teóricas. O enigma resolve-se num conjunto de lutas concretas, que estão postas e pelas quais Lula foi votado. Agora não adianta tentar dizer ‘isso não é comigo’, é sim. Da reforma previdenciária depende algo de que essa universidade necessita, por exemplo: se queremos aposentadoria ou não. Disso depende, em grande medida, a universidade pública. O campo de disputa está requerendo, primeiro, a nossa atenção teórica, o nosso trabalho de investigação e, segundo, a ação concreta de entidades, sindicatos e associações para participar da disputa.

Em outros campos, aparecem os mesmos sintomas dessa irresolução e, portanto, de disputa. Outro exemplo: há uma se-

mana eu estava lendo o jornal, e qual não foi a minha surpresa ao ler que a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) havia firmado um convênio mediante o qual ela se encarregava de fazer 1.000 cisternas no Nordeste. Ao ler a notícia fiquei indagando: será que o pessoal da Febraban enlouqueceu? Certamente fazer cisternas é um dos itens de menor rentabilidade no mercado. As perguntas aumentaram: por que fazer cisternas para a população pobre? Seria por que os economistas da Febraban enlouqueceram? Não é um caso psiquiátrico, é um caso de disputa de significados. A região mais pobre é a região do Presidente, é uma região que estará presente em todos os momentos importantes da história brasileira. Em primeiro lugar, essa não é uma reivindicação dos nordestinos que vivem naquela região. Vocês, que são de Santa Catarina, têm todo o direito de pensar: esse cara não gosta dos nordestinos. Não se trata disso. Em segundo lugar, a região mencionada é a mais pobre do país e, portanto, ali o poder estatal necessita legitimar-se. Se a Febraban está disposta a fazer cisterna, significa que ela está dizendo: nós estamos bancando a ação social neste governo. Significa disputa pela apropriação do que quer dizer essa vitória. É o velho ditado popular: pelo menor você conhece o gigante. Uma ação aparentemente insignificante tem um significado simbólico formidável.

Outro dia, disse o humorista Zé Simão, da Folha, que o Brasil é o país da piada, que todo dia se faz piada no Brasil e fica difícil realizar o ofício de humorista. Assim, apareceu mais uma: o principal grupo de distribuição alimentar no Brasil, o Grupo Pão de Açúcar, ofereceu-se como parceiro do Programa Fome Zero. Nem sei se ele está presente em Florianópolis ou em Santa Catarina. É o supermercado que vende mais caro no Brasil e oferece-se como parceiro do Programa Fome Zero. Isso não é uma piada? Eles dizem: o programa vai ser bancado por nós, vamos apoiá-lo, e portanto seremos co-proprietários de parte do que ele quer dizer. Isso significa hegemonia. Hegemonia no velho e bom significado: produzir o senso entre dominantes e dominados, porque nenhum poder pode dominar exclusivamente pela força, de acordo com a velha lição gramsciana. O poder necessita do sentimento dos dominados para que ele possa se fazer domina-

ção sem ser pela força bruta. Exatamente por isso, também, uma ditadura nunca quer dizer hegemonia. Ditadura quer dizer sempre o contrário. Na equação do poder político você tem 100% de força bruta e zero de consenso. A democracia, por sua vez, é outro processo onde, geralmente, tem 80% de consentimento e 20% de força bruta, que aparece na hora em que certas questões são postas. Ora, disputa de hegemonia significa fazer com que a dominação seja consentida. No momento em que o Programa Fome Zero aparecer como patrocinado pelo Pão de Açúcar essa pode ser interpretada como uma importante vitória ideológica. Estou usando esses dois exemplos, deslocados da área econômica, porque a gente concentra, geralmente, a atenção nos processos que se passam na economia. Eles nos mostram quão fortíssima está a disputa. Da sua resolução sairão forças que serão hegemônicas e que desenharão o percurso e os desdobramentos da vitória eleitoral que, no presente, não estão nada evidentes.

Tendemos a pensar que, pela condição da política econômica, tudo foi resolvido, mas isso não é completamente certo, pelo próprio fato que a condição da política econômica depende, em grande medida, da conjuntura internacional. Devido à dependência e vulnerabilidade da economia brasileira, a condição da política econômica está se mostrando uma espécie de cautela em caldo de galinha, porque ninguém sabe onde vai parar essa crise. Atualmente, parte da nuvem de poeira está assentando, pois os Estados Unidos resolveram em quatro semanas a guerra contra o Iraque. E, de repente, sobe a taxa do dólar, sobe o risco-Brasil, sobe a nova fluência de capitais de empréstimos e especulativos. Portanto, parte da nuvem está se dissolvendo. A equipe econômica do governo Lula procurou agarrar-se nessa nuvem que pairava sobre o ambiente internacional. Algo começa a se definir, mas nunca de uma forma completa e definitiva, exatamente pela alta dependência externa que torna a economia muito volátil. A análise detalhada dessa questão também merece debate.

A reforma da previdência é outro exemplo de uma fortíssima disputa, porque essa reforma diz muito a respeito do uso do excedente social. A reforma da previdência não é uma questão de apimentação. A reforma da previdência diz respeito ao uso do exce-

dente social pelo Estado brasileiro. Destinaremos o excedente social produzido por esta sociedade para promover reforma na distribuição de renda, ou utilizaremos recursos públicos vindos da previdência social para reforçar o mercado de capitais, essa é a discussão. Há uma tendência que diz ser importante promover a redistribuição da renda no país. A outra sugere fortalecer e ativar mercados de capitais no Brasil. Quem vai ganhar, ainda não está decidido, porque, felizmente, a considerar por esse auditório, alguns atores desta sociedade continuam vivos e estão se mexendo.

Mas há outra tendência que está dentro do governo e que atua no sentido de promover o acoplamento da previdência com o mercado de capitais por meio dos chamados fundos de previdência complementar. Os colegas do Departamento de Economia desta universidade podem ajudar vocês a discutir essas questões. O orçamento da previdência é o segundo orçamento da República. Todas as privatizações efetivadas por Fernando Henrique Cardoso não representam nada em comparação com a previdência social. A destinação dos recursos da previdência decide, em grande medida, a opção entre alterar a distribuição da renda no Brasil ou ativar o mercado de capitais. Este é um ponto importante de discussão. A reforma tributária só toca na questão do imposto cascata, que é a reforma do ICMS, mas não toca na questão da regressividade do imposto no Brasil.

Ora, se você decide por uma reforma tributária que tem a ver apenas com o imposto sob valor agregado é uma questão. Outra é decidir sobre uma reforma que toca na alta regressividade tributária brasileira. Isso tem efeito sobre a distribuição de renda. E ainda não se mencionou que é possível aumentar as alíquotas do imposto de renda. Em geral, a imprensa veicula que no Brasil temos uma carga tributária insuportável, o que é absolutamente inverídico. Nossos colegas economistas podem ajudar a desvendar essa questão: fazendo todos os descontos das isenções fiscais, dos retornos fiscais sobre os investimentos, a carga tributária brasileira é baixíssima. Em Santa Catarina, talvez não tenham tanta experiência sobre isso, mas no Paraná a experiência está à mão: todo o setor da indústria automobilística foi importado graças aos incentivos fiscais. A briga que o governo do PT comprou com a Ford, no

Rio Grande do Sul, não tinha outro significado. As indústrias automobilísticas estão sustentadas numa alta capacidade ociosa, sustentadas por incentivos fiscais. Então, se a reforma tributária não toca na questão dos incentivos e vem com a conversa de que a carga tributária brasileira é muito alta, o que nós estamos deixando de reformar é a estrutura de distribuição de renda no Brasil.

Todos esses pontos são importantes na discussão. É preciso ativar os mecanismos e os fóruns de discussão para a gente participar dessa disputa, que não está resolvida, mas que certamente apresenta alguns sinais inquietantes. Quais são as forças que podem atuar de forma mais decisiva nessa disputa?

As forças do capital estão se reorganizando de forma muito acelerada. Elas apareceram desorganizadas face ao término dos ciclos das privatizações. O motim sobre o recurso do Estado havia terminado numa espécie de *frenesi* delirante no último período do governo FHC. O que estão propondo ao governo Lula é, outra vez, um motim sobre recursos públicos. Na reforma da previdência, na reforma tributária, é isso que está em disputa. As forças do capital estão se reagrupando de maneira muito veloz e tentando dar sinais mais fortes nessa disputa de hegemonia.

Do outro lado (para tratar de forma bastante esquemática) estão as forças do trabalho, muito debilitadas devido ao processo de privatização que as afetou gravemente. As centrais sindicais estão mergulhadas em perplexidades e, além disso, numa conjuntura defensiva extremamente grave decorrente do fortíssimo desemprego. Nesse sentido, se pensamos na frase do Marx de que os operários trataram de libertar-se porque eles não têm nada a perder, é preciso ponderar essa frase gloriosa do século XIX. Eles têm a perder o emprego, e muitos deles já perderam o emprego. Na grande São Paulo a taxa de desemprego é de 20%. Na Bahia – o sonho dourado das nossas ilusões e das nossas pulsões eróticas – a taxa de desemprego é de 25%. Nesse contexto adverso aos trabalhadores, as forças de trabalho estão na defensiva, em grande medida acuadas pelo desemprego e pela queda real de salários. A cada mês ocorre uma queda sistemática, um recuo do salário real, e é com essas armas que elas têm que participar dessa disputa.

Uma categoria como a do funcionalismo público, que também é uma força que contribuiu muito, nesses anos, para esse processo de acumulação, é categoria enfraquecida pelo fato de que ela foi escolhida, desde Collor, como o bode expiatório das mazelas da inflação brasileira. Os neoliberais conseguiram fazer uma equação interessantíssima: gasto público é igual a inflação. Essa idéia foi vendida e tornou-se senso comum ao longo de todos esses anos, de modo a colocar a categoria do funcionário público na defensiva. Toda vez que você reivindica um reajuste de salário, aparece nos editoriais dos jornais a velha equação: se mexer no gasto público, aumentando o salário, aumenta a inflação. Até hoje ninguém demonstrou essa equação e ela virou senso comum. Portanto, entrem de “guarda baixa” nessa disputa. Nessa conjuntura há outras possibilidades, há outros complicadores em campo. A disputa está fortemente desequilibrada, fortemente desbalanceada, e sobre essa questão eu queria lhes propor para concentrar as nossas armas e ferramentas teóricas. Estão com capacidade de fazer interrogações? É possível nos satisfazermos com o atual estado da nossa competência teórica para tratar dessa questão? A minha desconfiança é que não. Há aceitação passiva de que finalmente chegamos a um estágio de maturidade democrática que nos dispensa de uma maior atenção em relação a essas questões.

Eu desconfio que estamos num momento de voltarmos ao pessimismo dos anos 20. Voltar a interrogar, fortemente, categorias e conceitos, pois elas não têm capacidade para responder a certas questões que estão postas. Se olharmos o desenvolvimento político brasileiro dos últimos 30 anos, ele é extremamente confortador. Houve um aumento expressivo do eleitorado; esse aumento vem se repetindo em eleições seguidas, onde os eleitores mostram uma certa coerência no seu voto; os partidos não são tão voláteis quanto geralmente pensamos ou quanto a imprensa induz a pensarmos. Eles têm uma certa persistência programática. O voto não é mais mercantil, porque não pode ser. Ninguém pode comprar voto numa cidade do tamanho de São Paulo, isso é impossível. Os currais eleitorais não se fazem pela compra de votos. Há novas possibilidades e virtualidades do pro-

cesso de democratização, cujo ator principal foi o voto popular, reiterado desde os dias em que, na ditadura, por exemplo no ano de 74, em quase todos os Estados elegeram senadores do tal partido de oposição. Desde então, as situações só vêm levando uma surra, mas a contradição aparece do outro lado. O fortalecimento da vontade democrática entra em contraste com o enrijecimento das instituições, e o voto cidadão parece uma Santíssima Trindade: você é convocado para votar a cada dois anos, mas o voto não decide nada.

Fernando Henrique Cardoso fez uma profunda reforma do Estado e advém disso parte das dificuldades do atual governo. O voto nada decidiu sobre as agências que administram o petróleo, as telecomunicações, a eletricidade, a vigilância sanitária, os transportes e agora a autonomia do Banco Central. Esta foi a profunda reforma do Estado efetuada no período FHC e isso faz com que repitamos: o voto não serve para nada.

Lula ainda não percebeu: ele se parece com a rainha da Inglaterra, ele reina, mas não governa. Este é um velho tema da sociologia política. Este tema freqüenta a Sociologia Política há muito tempo, enfatizado por ninguém menos que Max Weber: a suspeita de que a burocratização seria a jaula de ferro na democracia. Esta suspeita é antiga na Sociologia Política e agora está escancarada diante de nós. O presidente não pode determinar a taxa de juros, porque essa decisão ficará a cargo do Banco Central, que tem uma administração comandada e que não foi eleita por voto popular nenhum. As várias agências que o controlam devem ter mandato fixo não coincidentes com o do Presidente da República e, portanto, têm autonomia para gerir os negócios na sua esfera. Neste momento cabe mais uma pergunta: o voto popular serve para quê? Ele é a cereja em cima do pudim, quer dizer, serve para ornamentar. É a isso que estamos convocados, em primeiro lugar enquanto cidadãos, porque nos interessa a cada um de nós. Eleições nos interessam porque estamos dentro da institucionalidade capitalista e burocratizada que anula a política. A política no sistema capitalista é a única via pela qual podemos controlar o mercado. Todos os economistas que estão presentes e os que estão nesta universidade

sabem disso. Criou-se a ficção de que o mercado se autocontrola. Com relação ao mercado, foi dito por um magnífico conservador, ninguém menos do que Karl Polanyi, que a sociedade criou mecanismos para se defender dele, sobretudo no fato de que a terra não pode ser mercadoria, o fato de que dinheiro não pode ser mercadoria, o fato de que força de trabalho não pode ser mercadoria. Karl Polanyi estava num raro momento de densidade teórica, advertindo precisamente sobre aquilo que Max Weber chamava “a jaula de ferro”, essas automaticidades do sistema que retiram a política. Ora, o cidadão só tem acesso pela política, dado que a propriedade é privada. Certamente, nós não podemos votar para eleger o diretor da Volkswagen. A gente vota para eleger os nossos representantes políticos, cujo sistema atua sobre as empresas privadas. Não estamos falando de revolução, estamos falando de como é necessário controlar as instituições dentro do capitalismo. Toda eleição está sendo no sentido de retirar o alcance do voto popular das decisões mais cruciais a respeito da economia, da sociedade e da vida cotidiana. É a isso que nós estamos convocados, em primeiro lugar como cidadãos e, em segundo lugar, como universitários.

Nós que estamos no campo das Ciências Sociais temos de formular novas questões, ainda que não possamos respondê-las de forma positiva e completamente. Está mais do que na hora de voltarmos ao pessimismo teórico dos anos 20. Está mais do que na hora de interrogar as instituições consagradas. Essa é a nossa tarefa.